

# PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

## BOLETIM INFORMATIVO Nº 50

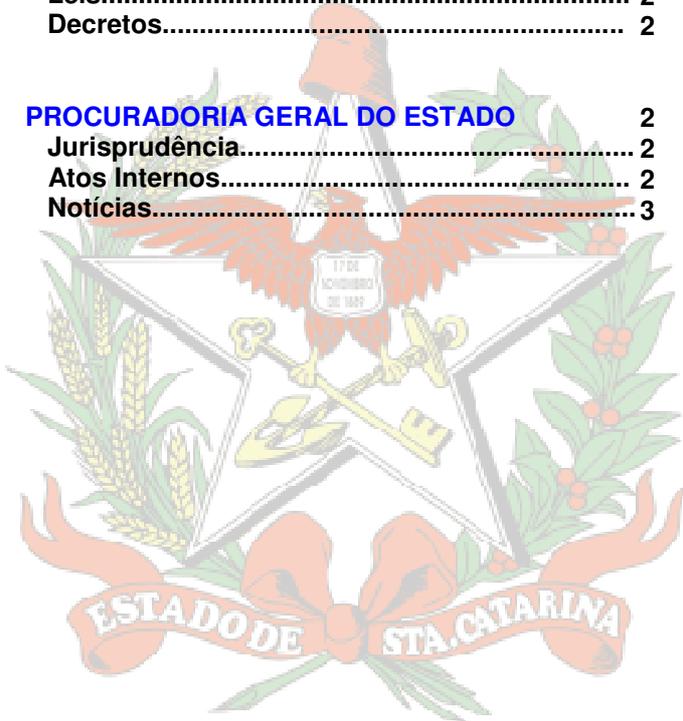
Setembro - 2013

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

<b>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b> .....	<b>2</b>
Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO  
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO  
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL  
DO CONTENCIOSO  
Ricardo Della Giustina

**LEGISLAÇÃO****ESTADUAL***Leis***LEI Nº 16.069, de 31 de julho de 2013**

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.314, de 2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto.

**LEI Nº 16.083, de 6 de agosto de 2013**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e estabelece outras providências.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 190, de 28 de agosto de 2013**

Dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às Centrais de Regulação no Estado de Santa Catarina.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 191, de 28 de agosto de 2013**

Dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios do Estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média complexidade.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 192, de 28 de agosto de 2013**

Institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

*Decretos***DECRETO Nº 1.667, de 8 de agosto de 2013**

Altera o Decreto nº 1.250, de 2012, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de “Despesa de Exercício Anterior”, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.670, de 8 de agosto de 2013**

Dispõe sobre a estrutura e o responsável pelo controle interno nos órgãos da administração direta, nas entidades autárquicas e fundacionais e nas empresas estatais dependentes do Poder Executivo estadual e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.671, de 8 de agosto de 2013**

Dispõe sobre o Estatuto Social da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto nº 4.426, de 2006, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.680, de 14 de agosto de 2013**

Cria o Comitê Estadual de Prevenção de Acidentes de Trânsito.

**DECRETO Nº 1.681, de 14 de agosto de 2013**

Constitui a Comissão de Coordenação para Formulação da Política Estadual de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Santa Catarina.

**DECRETO Nº 1.682, de 14 de agosto de 2013**

Estabelece a adesão do Estado, por meio da Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), aprovado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

**DECRETO Nº 1.684, de 14 de agosto de 2013**

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Turismo.

**DECRETO Nº 1.687, de 20 de agosto de 2013**

Dispõe sobre valores de remuneração de perícias por laudos de dependência toxicológica, de sanidade mental e de cessação de periculosidade e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.694, de 23 de agosto de 2013**

Regulamenta a Lei nº 16.003, de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema de saúde e segurança do trabalho.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL****RECLAMAÇÃO Nº 2692**

Reclamante: Estado de Santa Catarina

Reclamado: Juíza presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Relator: Ministro Teori Zavascki

Publicação: 12 de agosto de 2013

Decisão:

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra decisão proferida pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no sentido de determinar o sequestro de verbas públicas para pagamento de precatório. (...) Alega o reclamante, em síntese, que o entendimento do STF é no sentido de que a única hipótese constitucional para autorização do sequestro é a quebra da ordem cronológica dos precatórios, o que não teria ocorrido no caso. O Ministro Ayres Britto deferiu a liminar, para suspender, até o julgamento final da causa, os efeitos da decisão reclamada. A Procuradoria-Geral da República opinou pela procedência da reclamação. (...)

Ante o exposto, julgo procedente a reclamação, para cassar a decisão reclamada.

**ATOS INTERNOS****PORTARIA PGE/GAB Nº41, de 30 de julho de 2013**

Dispensa a interposição de recurso contra sentença ou acórdão, proferidos em processo cujo pedido envolver a nomeação e posse de candidatos ao concurso público para provimento de cargo de agente prisional, aberto pelo Edital 001/2006/SEA/SSP/DEAP/SJC.

**Portaria PGE/GAB Nº 42, de 7 de agosto de 2013**

Diretoria de Administração (DIAD), quando do término e/ou rescisão do contrato de estágio, deve informar através do endereço eletrônico funcional, ao Procurador do Estado e ao respectivo Procurador-Chefe ou ao Gerente e respectivo Diretor ao qual o estagiário estava vinculado, de sua ocorrência e indagar sobre o interesse na substituição. DIAD deve encaminhar, semestralmente, aos Subprocuradores-gerais do Contencioso e Administrativo relação com o nome e lotação dos estagiários vinculados e número de vagas em aberto, porventura existentes.

**Portaria PGE/GAB Nº 43, de 15 de agosto de 2013**

Confirma 14 Procuradores de Estado na carreira.

**Portaria PGE/GAB Nº 44, de 15 de agosto de 2013**

Homologa os resultados dos concursos de remoção para o preenchimento de vagas na Procuradoria Regional de Joacaba e na Procuradoria Regional de Lages.

**Portaria PGE/GAB Nº 46, de 15 de agosto de 2013**

Designa Procurador do Estado para exercício de atribuições funcionais de representação judicial e consultoria jurídica do Estado na Procuradoria Especial em Brasília, pelo período de 2 anos, a contar de 3 de setembro de 2013.

**Portaria PGE/GAB Nº 47, de 15 de agosto de 2013**

Dispensar, a pedido, Procuradora do Estado da função de membro efetivo representante da PGE no Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL e designa o Procurador do Estado como membro efetivo, para representar a PGE no Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL.

**PARECER Nº 181/2013**

Autor: Felipe Wildi Varela

Origem: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville

Ementa: Servidor ocupante do cargo de Agente Fiscal de Transportes - Nível Superior. Análise sobre possibilidade de acumulação de cargo público com o de professor. Controvérsia entre órgãos Setoriais. Decreto 724/2007.

**Parecer Nº 182/2013**

Autor: Francisco Guilherme Laske

Origem: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Ementa: Empregada de Empresa pública estadual. Direito à percepção do adicional de insalubridade durante a licença maternidade, sob a forma de salário - maternidade pago pela Previdência Social. Inteligência dos artigos 71 e 72, da Lei nº 8.213/91. Integrando o adicional de insalubridade a base de cálculo do salário-contribuição (Dec. 3.048/99), o salário-

benefício devido pela Previdência Social também o é acrescido dos valores correspondentes ao adicional.

**NOTÍCIAS****Procuradores aderem ao Sistema de Anotação de Atividades**

O Sistema de Anotação de Atividades da Procuradoria Geral do Estado (PGE) completou 60 dias com ampla adesão por parte dos procuradores. Já foram cadastradas cerca de 300 atividades realizadas pelos membros da carreira de todo o Estado.

O Sistema foi implantado, em 1º de julho, pela Corregedoria-Geral da PGE para valorizar o trabalho dos procuradores, que devem registrar as atividades rotineiras consideradas mais relevantes. “A anotação de atividades tem por finalidade servir de instrumento de controle qualitativo das atividades individuais e institucionais”, aponta a Portaria GAB/PGE Nº 026/2013 que criou o Sistema.

O texto esclarece que a iniciativa visa a fornecer subsídios para o estabelecimento de parâmetros de desempenho e projeção de metas institucionais, conferir reconhecimento institucional ao mérito funcional e propagar as boas práticas da advocacia pública, além de promover o compartilhamento de conteúdo técnico-jurídico e incentivar o contato com os órgãos jurisdicionais e da administração pública.

Podem ser destacadas as atuações em ações judiciais, a produção escrita selecionada, a interlocução com o Judiciário e demais autoridades do Direito e da administração pública, além da participação em comissões e grupos de trabalho, reuniões setoriais e congressos.

**Cinquenta edições do Boletim Informativo**

O Boletim Informativo mensal da PGE/SC completa 50 edições em setembro. A primeira edição foi publicada em julho de 2009, sendo o Procurador-geral do Estado, Sadi Lima; o Sub-procurador-geral do Contencioso, Sérgio Luiz Mar Pinto, e o Sub-procurador-geral Administrativo, Luiz Carlos Ely Filho.